Contrato n° ­­ /2013- COAD/DLOG/DPF **(08200.001874/2013-62-DEA/CPLAM)**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **ELABORAÇÃO DE LAVANTAMENTOS, ESTUDOS, PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS COMPLETOS PARA REESTRUTURAÇÃO DO COMPLEXO DO DPF NO SETOR POLICIAL SUL,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, E A EMPRESA **XXXX**.

A União, por intermédio do **(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)**, com sede no **XXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXX**, neste ato representado pelo **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX**, e o resultado final da **Tomada de Preços n° XXXX/XXXX,** com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, no Decreto nº 2.271, de 1997, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto** – O objeto é a contratação de empresa especializada para elaboração de levantamentos, estudos, projetos básicos e executivos completos para Reestruturação do Complexo do Departamento de Polícia Federal localizado no Setor Policial Sul – ETAPA I, localizado no SPO, lote 07, Brasília-DF.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – Da Documentação Complementar –** O edital da Tomada de Preços nº \_\_/2013-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF e anexos, o Projeto Básico e a proposta da contratada, fazem parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações Da Contratada – Além das obrigações constantes nos anexos do Edital, a CONTRATADA se obriga a:

3.1. Cumprir os prazos estipulados no Projeto Básico, no Edital da Tomada de Preços e no Contrato, bem como aqueles constantes em sua proposta comercial.

3.2. Efetuar os serviços referentes ao objeto de acordo com as condições do edital e seus anexos.

* 1. Submeter à fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado, os serviços executados.

3.4. Refazer os serviços ou substituir peças, materiais e equipamentos considerados inadequados pela CONTRATANTE, desde que tecnicamente justificado.

3.5. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.6. Manter-se durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação de seus técnicos e qualificações exigidas inicialmente.

3.7. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.

3.8. Orientar seus empregados a manter sigilo sobre informações ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.

3.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.10. Executar o serviço no prazo de 220 (duzentos e vinte) dias corridos, a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

3.11. Empregar na execução dos serviços material de primeira qualidade;

3.12. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

3.13. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

3.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

3.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

3.16. Apresentar, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que executarão serviços nas instalações da CONTRATANTE, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá.

3.17. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

3.18. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

3.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

* 1. Ao término de cada Projeto Executivo, a Contratada deverá apresenta-los em meIo eletrônico como Compact Disc (CD) ou Digital Video Disc (DVD), em formato “\*.dwg” compatível com Autocad 2007 (ou atualização do programa utilizada pelo Contratante à época da entrega dos serviços).
     + - 1. Não serão aceitos arquivos do tipo “\*.dxf”;
         2. Serão entregues duas cópias plotadas em papel sulfite com densidade de 75 g/m2.
  2. A Contratada deverá apresentar a documentação técnica necessária ao perfeito entendimento das soluções previstas, observando, em especial, o “Caderno de Encargos e Especificações Técnicas” (Anexo I);
  3. A Contratada não poderá subcontratar os serviços contratados no seu todo. E, quanto à subcontratação parcial, deverá respeitar o limite previsto neste Edital.
     1. O Departamento de Polícia Federal poderá vetar a subcontratação em despacho motivado, assegurada ampla defesa.
  4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
  5. Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução de trabalhos em horário extraordinário;
  6. Sempre que for sugerida pela Contratada qualquer modificação, esta deverá ser acompanhada de orçamento correspondente, se representar alteração de preço, para mais ou para menos, e deverá, ainda, ser submetida à aprovação pela Contratante;
  7. Somente poderão ser executados serviços extras com ônus para o Departamento, se autorizados expressamente pela autoridade competente;
  8. A Contratada assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem eventualmente por ele propostos e aceitos pelo Contratante, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.
  9. A Contratada antes de efetuar qualquer serviço poderá realizar minuciosa vistoria no local, a fim de que se tenha total conhecimento das condições técnicas e ambientais para a sua realização.
  10. A Empresa contratada deverá efetuar anotação de responsabilidade técnica – A.R.T. junto ao CREA, após assinatura do contrato e antes do início das obras e serviços.
  11. O prazo a que se refere o subitem anterior deverá ser de até 05 dias após a assinatura do contrato.
  12. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Departamento de Polícia Federal, bem como a terceiros, em decorrência da execução dos serviços
  13. Observar rigorosamente as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos e Especificações e planilhas orçamentárias (anexos deste edital).
  14. Assumir integral responsabilidade pela boa realização e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o Caderno de Especificações, Edital e demais documentos técnicos fornecidos
  15. Após a assinatura do contrato e antes do início do serviço, a contratada deverá entrar em contato com a Fiscalização, a ser indicada pela Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA/CPLAM/DLOG/DG/DPF, para procederem ao planejamento dos serviços;
  16. O prazo a que se refere o subitem anterior deverá ser de até 05 dias após a assinatura do contrato
  17. Todas as liberações necessárias, junto ao CREA, Concessionárias e órgãos Fiscalizadores, serão de responsabilidade da empresa contratada, bem como as respectivas despesas;
  18. Responsabilizar-se pela utilização de mão-de-obra capacitada e na quantidade necessária, mantendo equipe que assegure progresso satisfatório ao serviço dentro dos cronogramas previstos;
  19. Responsabilizar-se pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento do serviço e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e de Previdência Social.
  20. Permitir à Fiscalização, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos documentos produzidos, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários.
  21. Deverão ser fornecidos pela Contratada, aos seus funcionários e/ou subcontratados, todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.
  22. Certificar-se, respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados fazem uso de equipamentos de proteção individual (EPI), de acordo com as normas pertinentes, bem como zelar pelo uso de uniforme e identificação de seus empregados, além da segurança das máquinas, equipamentos e materiais, e prevenção de incêndio com extintores
  23. Obrigar-se-á a retirar do local da execução dos serviços, logo após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da contratante, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
  24. Todos os equipamentos e ferramentas necessários à boa execução dos serviços ajustados deverão ser fornecidos e conservados pela empresa Contratada;
  25. Atender aos dispositivos da Lei 6.514 de 22.12.77 – CLT, relativa à segurança e medicina do trabalho;
  26. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados com o serviço, ainda que ocorridos fora do local.
  27. Os materiais a serem empregados, os serviços a serem executadas deverão obedecer às normas e especificações constantes deste caderno; às normas da ABNT e na falta destas, às normas internacionais; as disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal, aos regulamentos das concessionárias; às prescrições e recomendações dos fabricantes;
  28. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos projetos sem expressa autorização da fiscalização;
  29. À fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades que ficar sujeita a Contratada e sem que este tenha direito a qualquer indenização;
  30. Para a execução dos trabalhos fora do horário comercial a Contratada deverá relacionar o nome de seus funcionários e repassá-los à Fiscalização no dia anterior à realização dos serviços para obtenção de autorização;
  31. Os trabalhos deverão ser realizados de forma a interferir o mínimo possível na rotina normal do local;
  32. A entrega dos serviços não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 3.071);
  33. Fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil, após o recebimento provisório do serviço e até o seu recebimento definitivo;
  34. A Contratada fornecerá, além da mão-de-obra (incluídos encargos sociais, alimentação e transporte), todo o material e ferramentas necessários, ficando responsável pela sua guarda e transporte. As despesas com equipamentos, óleos lubrificantes, combustíveis, ou fretes, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc; bem como providências quanto à legalização do serviço perante aos órgãos distritais ou federais, correrão por conta da Contratada.
  35. Ficará a cargo da Contratada a obtenção de licenças e outras providências decorrentes, junto às entidades Distritais, Federais e anotações de Fiscalização, bem como um encarregado para orientação dos empregados e um Engenheiro e/ou Arquiteto para a supervisão dos serviços;
  36. Todo e qualquer serviço complementar, visando à entrega dos serviços em perfeitas condições de encaminhamento ao procedimento de licitação para construção, de acordo com a legislação municipal, estadual e federal e normas da ABNT necessárias à concepção dos projetos, deverão ser previstos e executados pela Contratada;
  37. Deverão ser providenciadas, pela Contratada, baixas da ART de todos os envolvidos, junto ao CREA em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à Fiscalização toda a documentação referente a essas providências.

**4. CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações Do Contratante -** Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato e na legislação aplicável, a CONTRATANTE será responsável também por:

4.1. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados, observado o Cronograma Físico-Financeiro.

4.2. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas;

4.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

4.4. Designar comissão especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes. A comissão será indicado pela Divisão de Engenharia e Arquitetura DEA/CPLAM/DLOG;

4.5. Permitir o acesso da empresa aos locais adequados e necessários para execução da objeto deste edital;

* 1. Não permitir a execução de serviços em desacordo com o preestabelecido.

4.7. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados da Contratada;

**5. CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento**

* 1. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização do Contrato indicado pela DEA/CPLAM/DLOG/DPF, podendo descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada.
     1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:
     1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
        1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
        2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.
        3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.
        4. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
     2. A Contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.
        1. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subseqüente.
        2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
     3. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
  3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.
     1. O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

1. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
2. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei n° 8.666, de 1993; e
3. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
   1. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
   2. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
      1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
   3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n° 8.212, de 1991.
      1. Quanto ao Imposto sobre Serviços (ISS), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
      2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
   4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
   5. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   6. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
   7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(6 / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

1. CLÁUSULA SEXTA - Do Valor do Contrato e da Dotação Orçamentária

6.1. O valor do contrato é de R$ **XXXX** **(XXXX)**,

6.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

6.2. As despesas no presente exercício serão custeadas com os recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação: Plano Interno \_\_\_\_\_\_\_\_, Elemento de Despesa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Programa de Trabalho \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Inicialmente foi emitida a Nota de Empenho nº 2013NE\_\_\_\_\_\_\_\_, no valor de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

1. **CLÁUSULA SÉTIMA - Da Alteração do Contrato**
   1. Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
      1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
      2. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.
   2. As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 102, § 6°, III, da LDO 2013 e 13, II, do Decreto 7.983, de 2013).
   3. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, não podendo ser reduzida a diferença percentual entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 102, § 6°, IV, da LDO 2013 combinado com o art. 14 do Decreto 7.983, de 2013).
      1. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite de proporcionalidade acima fixado, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo (artigo 102, § 6°, VI, da LDO 2013 e art. 8º, parágrafo único, do Decreto 7.983, de 2013).
   4. Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.
   5. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não poderá ser reduzida, em favor da Contratada, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 125, § 5°, I, da Lei n° 12.465, de 2011).
2. **CLÁUSULA OITAVA** **– Da Alteração Subjetiva**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
3. **CLÁUSULA NONA - Da Vigência do Contrato e da Prorrogação** 
   1. O prazo de vigência do Contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
      1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.
      2. O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.
   2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
   3. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.
   4. O contrato não poderá ser prorrogado quando:
      1. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;
         1. Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
         2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
         3. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.
   5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
4. **CLÁUSULA DÉCIMA – Do Preço**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis.
   2. Caso o contrato esteja em vigor depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação das propostas, será admitido o reajuste do preço, desde que solicitado pela Contratada, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
5. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Garantia**
   1. Para a execução das obrigações assumidas, o DPF exigirá da CONTRATADA até 03 (três) dias após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 3% (três por cento) do seu valor total, em qualquer uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.
   2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante (artigo 1°, IV, do Decreto-lei n° 1.737, de 1979).
   3. A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução do contrato e durante todo o período de vigência da apólice, e ainda deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança;
      1. Fica estabelecido que a CONTRATADA, ao optar pela garantia na modalidade de fiança bancária, deverá fazer constar, no respectivo instrumento, a renúncia expressa do fiador, do benefício de ordem, de que tratam os artigos 827 e 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
   4. A garantia na forma de títulos da dívida pública deverá estar em conformidade com o disposto no artigo 56, § I, inciso I, da Lei nº 8.666/93
   5. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia e/ou complementação da mesma;
   6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante ofício entregue contra-recibo, assim como providenciar a complementação em caso de reajuste do valor do contrato;
   7. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução do objeto do Contrato, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.
   8. O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Fiscalização**
   1. A execução do CONTRATO deverá ser acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos em conformidade com a Instrução Normativa no. 51/2011-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço do DPF no 246, de 26 de dezembro de 2011, que “Regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei no 8.666/93 no âmbito do Departamento de Polícia Federal.”, doravante denominada como “IN 51/2011”.
   2. A fiscalização da execução do CONTRATO consiste em um conjunto de procedimentos voltados ao acompanhamento da execução do ajuste, de forma a verificar, desde a assinatura do instrumento contratual até o término de sua vigência ou equivalente, o efetivo cumprimento das condições pactuadas e a conformidade da prestação dos serviços contratados, devendo tal múnus ser desempenhado por representantes da Administração especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e dos arts. 10, 11 e 12, e seus parágrafos, da IN 51/2011.
   3. Além das previstas no art. 17 da IN 51/2011, são atribuições do fiscal do CONTRATO:
      1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei n° 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.
      2. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.
   4. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.
   5. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.
   6. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.
7. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –- Da garantia de serviços** 
   1. A CONTRATADA fica obrigada a prestar garantia aos serviços executados por um período mínimo de um ano, com especial tenção ao que dispõe a Lei nº 10.406/2002 – Código Civil sobre a execução de serviços da natureza do objeto do Edital.
      1. O termo inicial da garantia será a data do recebimento definitivo dos serviços, registrada no respectivo documento de recebimento definitivo.
   2. Todas as despesas com mão-de-obra, materiais, transporte, hospedagem ou quaisquer outras necessárias ao atendimento da garantia serão de inteira responsabilidade da Contratada.
   3. O atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação oficial da ocorrência, que poderá ser feita por mensagem eletrônica, em qualquer horário, iniciando-se a contagem do prazo para o atendimento ao dia útil seguinte.
   4. A solução do problema, após a sua identificação, deverá ocorrer em, no máximo, até 10 (dez) dias, após o atendimento, salvo se não for tecnicamente possível, o que deverá ser comunicado, motivadamente e no mesmo prazo, à chefe da DEZ/CPLAM/DLOG/DPF.
   5. Ultrapassado o prazo máximo para solução do problema identificado, o fornecedor ficará sujeito às sanções legais aplicáveis ao caso, inclusive a refazer o serviço, em prazo não superior a 15 (quinze) dias.
8. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –- Da sustentabilidade ambiental** 
   1. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte;
   2. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –- Da execução dos serviços e da propriedade intelectual**

15.1 – Os serviços de elaboração dos projetos básicos e executivos, objetos deste instrumento serão executados na Sede da Contratada, **sendo que a Sede do Contratante na cidade de Brasília/DF será o local para realização de todas as reuniões aonde serão apresentados os trabalhos desenvolvidos, bem como serão efetuadas as análises do projeto pela equipe de fiscalização.**

15.2 – O objeto contratado deverá ser entregue no Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, situado no SAS, Quadra 06, Lotes 09/10, DEOB/CPLAM/DLOG – sala: 1003, 10º andar, Brasília/DF, mediante reunião, registrada em ata, entre os representantes do Departamento de Polícia Federal e da contratada;

15.3 – A propriedade intelectual dos projetos – objeto deste instrumento – pertencerá exclusivamente à Contratante, não cabendo à Contratada pleitear qualquer direito autoral acerca dos projetos.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –- Do prazo de execução do projeto –** O prazo para execução do objeto do contrato é de **270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União**.
2. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –- Do Equilíbrio Econômico e Financeiro**

17.1 - A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

17.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

**I** – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

**II** – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

**III** – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

17.3 – Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

17.4 – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Recebimento do Objeto**

18.1. Quando os serviços contratados forem concluídos caberá à Contratada apresentar comunicação escrita (inicialmente via fac-símile e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local dos serviços) informando o término dos serviços, cabendo à Fiscalização, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos mesmos, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todos os projetos e documentos executados. O Termo de Recebimento Provisório, executado pelo Contratante, será entregue em 03 (três) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Fiscalização, após terem sido realizadas todas as medições/aferições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

18.2**.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição/aferição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

18.3. O Termo de Recebimento Definitivo, executado pelo Contratante, será entregue em 03 (três) vias de igual teor e forma, ambas assinadas por comissão de no mínimo 03 (três) membros designados por Portaria pela autoridade competente, em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, referido no parágrafo anterior, se tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

* + - 1. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.
      2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

1. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Das Penalidades**

19.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa contratada às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

19.1.1 – Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

19.1.2 – Multa de que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE:

19.1.2.1 - moratória, de 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

19.1.2.2 – moratória, de 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

19.1.2.3 – indenizatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total ou parcial do contrato, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

19.1.2.4 – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90(noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

19.1.2.5 – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcional ao inadimplemento;

19.2 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

19.3 – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias útil e aceito pela contratante;

19.4 – Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do ar. 4º da Lei 10.520/2002 e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a CONTRATADA que dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações le;

19.5 – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

19.5.1 – Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

19.5.2 – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3 – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

19.6 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

19.7 – A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – Da Rescisão**

20.1 - Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei n° 8.666/93.

20.2 - A rescisão do contrato poderá ser:

20.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

20.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

20.2.3 - Judicial, nos termos da legislação.

20.3 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

20.3.1 – Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

20.3.2 – Pagamento do custo da desmobilização,

20.3.3 – Devolução da garantia.

20.4 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Da Subcontratação**

* 1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
  2. A contratada não poderá subcontratar em seu todo o objeto do contrato podendo, contudo, fazê-lo parcialmente em alguns serviços especializados, até o limite de 70% (setenta por cento) do valor total dos serviços, conforme definido na NBR 5671/1990 mantida, porém, sua responsabilidade direta perante o Departamento de Polícia Federal, cabendo ao mesmo vetar a subcontratação.
  3. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.
  4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEDUNDA - Dos casos omissos –** O objeto do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Normas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do art. 54 da Lei 8.666, de 1993, c/c o art. 55, inciso XII, do mesmo diploma legal

**23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Da Publicação** **–** A publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**24. CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Da Legislação e Do Foro -** Fica expressamente acordado que ao presente instrumento aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira.

As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para as questões decorrentes deste Termo Aditivo.

E, por assim estarem justas e acordadas, foi mandado digitar este Aditivo, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes.

Brasília/DF, de de 2013.

Ordenador de Despesas

Empresa

**Testemunhas:**